

11º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA

31 de julho a 3 de agosto de 2018

Área Temática: Política Internacional

**A “VIRADA À ESQUERDA” E AS POLÍTICAS DE DEFESA E POLÍTICAS EXTERNAS
RELACIONADAS À SEGURANÇA NA AMÉRICA LATINA: um estudo comparativo de 16
mandatos presidenciais**

Thales Leonardo de Carvalho¹
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

2018

¹ Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

A “VIRADA À ESQUERDA” E AS POLÍTICAS DE DEFESA E POLÍTICAS EXTERNAS RELACIONADAS À SEGURANÇA NA AMÉRICA LATINA: um estudo comparativo de 16 mandatos presidenciais²

Thales Leonardo de Carvalho

RESUMO

Com a “Virada à Esquerda” na América Latina, muito se explorou em torno de convergências nas políticas adotadas pelos países nela envolvidos em diversas áreas, principalmente nas políticas econômicas e sociais. Pouco, no entanto, se explorou em torno das Políticas Externas relacionadas à Segurança e das Políticas de Defesa Nacional. Assim, o objetivo deste trabalho é o de analisar e comparar o que foi feito por 16 presidentes na região em torno das políticas mencionadas para entender se a “Virada à Esquerda” possibilitou uma convergência também nessas áreas entre os países latino-americanos. O que se pensa, *a priori*, é que essa convergência existiu, seja possibilitada pela orientação política desses mandatos ou pela UNASUL, que acaba por ser uma das consequências desse fenômeno. Para tanto, foram escolhidos 2 mandatos presidenciais – um anterior e outro posterior ao fenômeno estudado – de 8 países diferentes – dentre eles membros e não-membros da UNASUL, de orientação política mais à direita e mais à esquerda – para a análise. O método adotado é o QCA, visando identificar se houve ou não a referida convergência.

Palavras-chave: Virada à Esquerda; América Latina; Política Externa; Defesa Nacional; Segurança; Convergência de políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Durante a primeira década dos anos 2000, chegaram ao poder ao poder por vias democráticas, na maior parte da América Latina, presidentes de esquerda e centro-esquerda. Esse fenômeno, relativamente novo na região, ficou conhecido como “Onda Rosa” ou, ainda, “Virada à Esquerda” e acabou levando a convergências no que seria adotado por esses governos. Essas semelhanças estariam, principalmente, nas políticas econômicas e sociais (BELÉM LOPES; FARIA, 2016).

A despeito da existência de muitos trabalhos sobre o impacto desse fenômeno nas políticas mencionadas, é notável que poucos trabalhos tenham explorado variações em torno

² Trabalho baseado na dissertação de mestrado do autor, defendida em fevereiro de 2018.

das Políticas de Defesa Nacional (PDN)³ e Políticas Externas relacionadas à Segurança (PES)⁴ adotadas na região durante esse período. Uma possível explicação estaria no fato de que existe certo consenso de que essas políticas tendem a ser pouco influenciadas pelas mudanças de orientação política nos governos. No entanto, evidências dessas mudanças existem. Uma delas é a própria criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e de um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no âmbito da mesma. Além disso, Mathias, Santos e Zague (no prelo⁵) percebem que o desenvolvimento social ganhou espaço nas discussões relacionadas à segurança em órgãos regionais, ao analisarem a VII Conferência de Ministros da Defesa das Américas, realizada em 2006.

É nesse contexto que esse trabalho se insere, procurando analisar se a “Virada à Esquerda” possibilitou, também, uma convergência na PES e na PDN entre países da região. Essa convergência pode ter sido permitida pela afinidade ideológica dos governos de esquerda, ou pela UNASUL. Na busca por atender esses objetivos, procurei analisar governos anteriores e posteriores à “Onda Rosa” em 8 países da região, me utilizando da Análise Qualitativa Comparativa (QCA) para tal.

Assim, para a construção do argumento que pretendo propor, esse trabalho se dividirá em três partes. Na primeira, situo historicamente o fenômeno estudado, apresentando a “Virada à Esquerda” na América Latina e seus impactos domésticos e regionais já conhecidos. Na segunda parte, apresento elementos teóricos relacionados à convergência de políticas públicas – um campo recente e ainda em construção na literatura – visando demonstrar como esse efeito pode ocorrer. Na terceira parte, explico os passos da análise e apresento os resultados.

A “VIRADA À ESQUERDA” E O REGIONALISMO PÓS-LIBERAL NA AMÉRICA LATINA

A chegada de presidentes de esquerda⁶ e/ou centro-esquerda ao poder na maior parte dos países latino-americanos foi possibilitada por diversos fatores. O primeiro foi o fim da

³ Com base na leitura dos documentos que trazem diretrizes das Políticas de Defesa Nacional dos países latino-americanos, adoto aqui um conceito que atenda minimamente a todos os casos estudados, entendendo como PDN as políticas que visem defender a soberania, os interesses, recursos e a população de um país contra ameaças, predominantemente (mas não apenas) externas, de cunho militar

⁴ A PES é entendida aqui como o canal através do qual as políticas e estratégias internacionais relacionadas ao que é securitizado, na visão de um determinado ator, são formuladas, executadas e avaliadas. O trabalho focará nas questões ligadas à segurança no âmbito militar.

⁵ Trabalho ainda não publicado, apresentado durante o 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política (Montevideu, 2017) e gentilmente compartilhado pela profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias.

⁶ Na busca pela distinção conceitual entre esquerda e direita, adoto o conceito de Luna e Kaltwasser (2011), de que a direita seria uma orientação política que vê as desigualdades entre as pessoas como sendo algo natural e que o Estado não deveria fazer nada para amenizá-las; enquanto a esquerda vê essas desigualdades causadas pelo homem e atribuiriam ao Estado o papel de tentar reduzi-las.

Guerra Fria, tendo em vista que, com o encerramento do conflito ideológico entre capitalismo e socialismo, os Estados Unidos já não teriam mais demasiado interesse na contenção das esquerdas no continente americano. Em meio a esse contexto, houve também a redemocratização da maioria dos países da região, que conviveu com ditaduras militares ao longo de parte da segunda metade do século XXI, visando, principalmente, coibir o avanço do comunismo na região. Esses fatores permitiram um “desbloqueio” das práticas dos atores de esquerda na América Latina, que passaram ter o direito de disputar as eleições e, conseqüentemente, o poder (SILVA, 2010; MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013).

Outro fator fundamental que possibilitou o fenômeno foi a insatisfação com os modelos neoliberais que foram adotados na região ao longo da década de 1990. Esses modelos foram difundidos pelo Fundo Monetário Internacional, que emprestou dinheiro para os países latino-americanos que passaram por crises em seus balanços de pagamentos ao longo da década de 1980. A condição para esses empréstimos, no entanto, que acabavam por ser vantajosos em função das melhores taxas de juros e condições de pagamento, seria a adoção de um conjunto de medidas, conhecido como Consenso de Washington. Dentre essas medidas, de cunho neoliberal, estavam a estabilidade macroeconômica, o câmbio flutuante, menores intervenções do Estado na economia, abertura comercial, entre outras. Esse modelo levaria a uma grande insatisfação por parte das populações dos países latino-americanos à época. Tendo em vista a baixa competitividade das indústrias locais, o cenário, ao final da década de 1990, era de retração econômica e desemprego. Isso levaria à busca por outros modelos de diferentes, visando melhoras nas condições de vida da população (LEVITSKY; ROBERTS, 2011a; 2011b; ROBERTS, 2015).

Nesse período, as esquerdas latino-americanas vinham se reorganizando (ou refundando) e se adaptando ao jogo democrático-eleitoral. Nos casos em que já havia alternativas esquerdistas antes/durante as ditaduras militares – mesmo que reprimidas pelo autoritarismo – houve uma certa adaptação à democracia liberal, com uma profissionalização desses movimentos em partidos competitivos. Nesses casos, exemplificados por Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, emergiram esquerdas mais institucionalizadas e menos radicais, mantendo, inclusive, alguns elementos neoliberais, mas acrescentando outros voltados ao desenvolvimento social. Já no caso de Bolívia, Equador e Venezuela, não havia, até então, alternativas de esquerda capazes de canalizar adequadamente os desejos da população. Isso levou ao surgimento de movimentos mais radicais e menos institucionalizados, fortemente críticos ao neoliberalismo e ao sistema capitalista (LEVITSKY; ROBERTS, 2011a; 2011b).

Fato é que esses governos chegaram ao poder e, em maior ou menor medida, houve convergências pelo que foi adotado por eles em diversos pontos. Na política econômica, foram vistas, por exemplo, a busca por superávits fiscais, pelo controle de inflação e o câmbio flutuante; mesmo com algumas intervenções do Estado, que passou a ser visto como um

agente do desenvolvimento. No âmbito social, políticas de valorização do salário mínimo e programas de transferência condicional de renda se alastraram pela região, além da busca por expansão de serviços à população mais necessitada. Vimos, assim, alguns pilares para o que seria chamado de novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2009; BELÉM LOPES; FARIA, 2016).

Por fim, houve mudanças também nas relações entre países latino-americanos; principalmente, aqui, no caso dos sul-americanos. Se, durante a década de 1990, a integração regional com base no comércio e na economia, nos anos 2000 essa concepção seria expandida para outras áreas, como infraestrutura, políticas sociais e, até mesmo, segurança e defesa. Havia, ainda, um desejo cada vez maior de contestação à hegemonia e influência dos Estados Unidos na região. Surgia, assim, o chamado “regionalismo pós-liberal” (RIGGIROZZI, 2012; ABDUL-HAK, 2013).

Um dos resultados dessa nova concepção de integração foi a UNASUL que viria a receber ainda um órgão relacionado às políticas de defesa e segurança. Isso torna-se importante principalmente pois, até então, os órgãos regionais para a discussão dessas políticas eram inter-americanos e sofriam forte influência dos Estados Unidos. A criação do CDS, ocorrida após a criação da UNASUL e, principalmente, depois da crise de Angostura, em um cenário em que quase houve conflito armado entre países da região, teria como um de seus objetivos mudar esse quadro, passando a ter a segurança sul-americana discutida pelos próprios países sul-americanos e, ao mesmo tempo, construindo confiança entre os mesmos (ABDUL-HAK, 2013; FUCCILLE; REZENDE, 2013).

É nesse contexto que se insere a análise que pretendo realizar aqui. Procurarei investigar se essas mudanças chegaram, de fato, à PES e à PDN. Para além de investigar as ações no âmbito do CDS, pretendo verificar se as convergências aqui elencadas chegaram também às políticas estudadas, inserindo, por exemplo, uma maior preocupação social às mesmas.

A CONVERGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Passamos, então, ao entendimento sobre a convergência de políticas públicas, que é entendida aqui como

“qualquer crescimento na similaridade entre uma ou mais características de uma certa política (ex: objetivos, instrumentos e configurações da política) em um dado conjunto de jurisdições políticas (instituições supranacionais,

Estados, regiões, autoridades locais) ao longo de um dado período de tempo” (KNILL, 2005, p. 768, tradução nossa⁷)

A convergência é um efeito que pode ser aferido de quatro diferentes formas. A primeira é a convergência- σ , que analisa o quanto as políticas adotadas por determinados atores se tornaram mais similares ao longo do tempo. A segunda é a convergência- β , que considera o quanto atores se esforçaram para imitar outros ao longo do tempo, mesmo que, para isso, tenham adotado políticas mais rígidas que os primeiros. A convergência- γ observa o quanto atores se aproximaram em *rankings* relativos a certas políticas, como corrupção, por exemplo. Por fim, temos o tipo que será empregado nesse trabalho: a convergência- δ . Para entendê-la, deve-se estabelecer um tipo ideal e, então, analisar o quanto os casos estudados se aproximaram desse tipo ao longo do tempo. O tipo ideal empregado será explicitado na próxima seção (KNILL, 2005; HOLZINGER, 2006).

A convergência de políticas públicas pode ocorrer por três diferentes formas. Primeiro, através de coincidências, em que atores com problemas similares acabam por adotar soluções similares para os mesmos sem, no entanto, terem tido contato entre si. A segunda forma é o desenvolvimento conjunto de políticas, que pode ocorrer através da cooperação entre atores para obter um fim comum. A terceira e última forma através do qual a convergência pode ocorrer é a difusão/transferência de políticas públicas, entendidas aqui como processos em que políticas ou elementos políticos de um ator em um tempo/espaço são passadas para outro(s) em outro tempo/espaço⁸, em que a cooperação também tende a existir (CARVALHO, 2017; KNILL, 2005; MARSH; SHARMAN, 2009).

Desta forma, procurarei, na próxima seção, identificar se essa convergência ocorreu em relação à PES e a PDN na região, possibilitada pela “Virada à Esquerda”. Não tentarei comprovar empiricamente como esse eventual efeito ocorreu, tendo em vista que essa etapa do trabalho ainda encontra-se em desenvolvimento; tentarei ao final, no entanto, apresentar alguns indícios, tendo em vista os processos apresentados, que podem levar a esse *outcome*.

A CONVERGÊNCIA NA PES E NA PDN NA AMÉRICA LATINA

Passemos, então, à análise propriamente dita, para entendermos se a “Virada à Esquerda” na América Latina possibilitou, de fato, uma convergência nas políticas estudadas. A hipótese é a de que essa convergência ocorreu, seja em função da orientação política em

⁷ Any increase in the similarity between one or more characteristics of a certain policy (e.g. policy objectives, policy instruments, policy settings) across a given set of political jurisdictions (supranational institutions, states, regions, local authorities) over a given period of time.

⁸ Embora a literatura atribua conceitos diferentes à difusão e transferência, atribuo aqui um conceito geral a esses processos, visando sintetizar essa discussão.

comum dos governos de esquerda nesse contexto, seja pelo surgimento e atuação da UNASUL e de seu Conselho de Defesa Sul-Americano.

Na busca pelo teste desta hipótese, elaborei uma amostra composta por 8 países latino-americanos. A partir disso, selecionei dois mandatos presidenciais em cada um desses países, sendo um anterior (ocorrido aproximadamente durante os anos de 1994 e 2000) e outro posterior à “Virada à Esquerda” (ocorrido aproximadamente entre os anos de 2010 e 2015); cada mandato em cada país será considerado um caso. A escolha dos casos foi feita com base nas variáveis independentes do trabalho, de modo a permitir a maior variabilidade possível entre as mesmas. Essas variáveis são: a orientação político-econômica dos mandatos; o fato de serem ou não membros da UNASUL; e o fato de os mandatos terem ocorrido antes ou depois da “Virada à Esquerda”. Assim, tem-se aqui um desenho de pesquisa que é ao mesmo tempo longitudinal, permitindo-nos averiguar se houve, de fato, alguma convergência ao longo do tempo; e transversal, possibilitando a investigação do eventual impacto das variáveis elencadas.

O método empregado aqui é a Análise Qualitativa Comparativa (QCA), tendo em vista, principalmente, o número de casos (16), pois o QCA é um método adequado para lidar com um n-intermediário. Dentre as diferentes vertentes do método, optei pelo *Fuzzy-set QCA*. Essa escolha se deu pois, como procurarei demonstrar mais adiante, a dicotomização ou o escalonamento da variável dependente acarretaria em uma perda considerável de dados. Desta forma, as variáveis do trabalho poderão apresentar qualquer valor compreendido entre 0 e 1 (RAGIN, 2008).

As variáveis independentes do trabalho são, inevitavelmente, dicotômicas. Os mandatos podem ser de esquerda/neodesenvolvimentistas⁹; serem ou não membros da UNASUL; e terem ou não ocorrido após a “Virada à Esquerda”. Caso a resposta seja positiva para essas questões, será atribuído valor 1 aos casos; caso contrário, será atribuído valor 0. Os casos analisados aqui e seus devidos códigos empregados mais à frente são: Fernando Henrique Cardoso (Brasil, 1999-2002, BRA1), Carlos Menem (Argentina, 1995-1999, ARG1), Rafael Caldera (Venezuela, 1994-1999, VEN1), Arnoldo Alemán (Nicarágua, 1997-2002, NIC1), Ernesto Zedillo Ponce de León (México, 1994-2000, MEX1), Andrés Pastrana Arango (Colômbia, 1998-2002, COL1), Eduardo Frei Ruiz-Tagle (Chile, 1994-2000, CHI1), José María Figueres Olsen (Costa Rica, 1994-1998, COS1), Dilma Rousseff (Brasil, 2011-2014, BRA2), Cristina Kirchner (Argentina, 2011-2015, ARG2), Hugo Chávez (Venezuela, 2007-2013, VEN2), Daniel Ortega (Nicarágua, 2012-2016, NIC2), Enrique Peña Nieto (México, 2012-

⁹ Optei por aliar a orientação política à econômica para permitir uma classificação mais tangível dos casos, tendo em vista a ocorrência de diversos desequilíbrios programáticos na região ao longo do tempo, com governos que teoricamente estariam mais à esquerda promovendo aberturas neoliberais (e vice-versa). Assim, classificarei os governos com base no que foi, de fato, implementado por eles, além do que é dito pela literatura.

presente, MEX2), Juan Manuel Santos (Colômbia, 2010-2014, COL2), Sebastián Piñera (Chile, 2010-2014, CHI2), Laura Chinchilla Miranda (Costa Rica, 2010-2014, COS2).

A variável dependente do trabalho, a saber, a convergência na PES e na PDN dos casos estudados, como dito, corresponde a um *fuzzy-set*; e isso se deve à sua operacionalização. Dentre os tipos de convergência apresentados na seção “Convergência de Políticas Públicas”, será analisada aqui a convergência- δ . Para tanto, deve ser estabelecido um tipo ideal e, então, observar o quanto os casos se aproximaram do mesmo ao longo do tempo. Assim, como tipo ideal, hipotetizei um mandato que respondesse à seguinte pergunta: como deveriam agir governos de esquerda/neodesenvolvimentistas e membros da UNASUL?

Para tornar tangível e mensurável a resposta dessa pergunta, busquei parâmetros nos quais eu poderia me pautar. Me baseei, para tanto, em: elementos debatidos na Organização das Nações Unidas (ONU) como temas de segurança; elementos contidos no Tratado Constitutivo do Conselho de Defesa Sul-Americano; elementos relacionados à Política Externa que sofreram alterações com a “Virada à Esquerda” reconhecidas pela literatura e que podem vir a influenciar na segurança regional; pautas defendidas pela esquerda (como a inclusão social e perspectivas de gênero) que poderiam se refletir nas políticas estudadas. Assim, no caso da PES, cheguei aos seguintes parâmetros: integração regional, papel das mulheres em conflitos armados, influência do desenvolvimento social na prevenção de conflitos e no narcotráfico, armas de destruição em massa, papel das assimetrias internacionais em relação ao terrorismo, construção de uma identidade regional em relação à segurança e intervenções militares. Já no caso da PDN: integração regional; construção de uma identidade regional sobre defesa, integração da indústria de defesa entre países da região, terrorismo, relação entre forças armadas e sociedade, participação e controle civil em torno da defesa, papel das mulheres na defesa nacional, treinamento e equipamento das forças armadas, transparência entre vizinhos, cooperação acadêmica na área de defesa e desastres naturais.

A partir disso, apliquei esses parâmetros à pergunta que nortearia o tipo ideal a ser construído aqui, chegando às seguintes respostas: um governo que buscasse a integração ou, ao menos, maior cooperação multilateral na região nas áreas de segurança e defesa, além da construção de uma identidade regional em torno do tema e de aumento da confiança mútua; cooperação entre os países locais em segurança e defesa em áreas como acadêmica, indústria de defesa, treinamento e equipamento militar e na preparação para eventuais desastres naturais; a maior incorporação de mulheres nas forças armadas e suas missões; a visão de que os conflitos e o terrorismo ao redor do mundo seriam fruto de assimetrias e falta de desenvolvimento social e de que a prevenção dos mesmos estaria fortemente baseada na redução das mesmas e no desenvolvimento; busca pela redução e eventual eliminação dos

arsenais de armas de destruição em massa (ADMs), como químicas, nucleares e biológicas ao redor do mundo, bem como o não-desenvolvimento das mesmas na região; que cooperassem na resolução de problemas locais, como desminagem, narcotráfico e desastres naturais que poderiam vir a acontecer.

Dividi, então, a variável dependente em quatro categorias de análise: dois tipos de convergência (discursiva e material) que podem ocorrer nos dois tipos de políticas estudados (PES e PDN). A convergência discursiva é entendida quando as mensagens, diretrizes, discursos, planos e estratégias dos casos estudados apresentarem similaridades. Já a convergência material, é vista quando ações tangíveis efetivamente implementadas para além dos discursos e diretrizes, como o emprego de recursos (tanto em termos de pessoal quanto financeiros), monitoramento, tropas ou equipamentos militares e votos em fóruns internacionais apresentarem similaridades. Por fim, estabeleci indicadores, apresentados nos Quadros 1 e 2, dispostos nas próximas páginas, para aferir essas categorias de análise. A soma dos indicadores de cada categoria compõe o índice de convergência em cada uma das categorias, que compreende qualquer valor entre 0 e 1. A atribuição dos *scores* dos indicadores foi feita dividindo a pontuação total da categoria (1) igualmente pelo número de indicadores.

Captados os índices de convergência de cada categoria, procedi à calibragem dos dados, visando à obtenção de medidas mais precisas sobre o quanto os casos estão ou não incluídos na categoria de países convergentes em relação ao tipo ideal estabelecido (RAGIN, 2008). Utilizando o pacote “QCAGUI” no programa “R”, parti então à calibragem direta, utilizando três “âncoras” qualitativas: a primeira, de valor mais baixo, que indica que valores abaixo do estipulado não apresentam traços da variável estudada; a segunda, de valor intermediário, que indica que casos em torno desse valor não são nem convergentes nem divergentes em relação às políticas estudadas; e a terceira âncora indicando que casos que atingirem índices de convergência acima do estipulado para essa âncora serão considerados convergentes no momento da calibragem. Assim, no caso da PES, essas âncoras foram de, respectivamente, 0.3, 0.5 e 0.8. Já no caso da PDN, as âncoras foram de 0.2, 0.5 e 0.7. Essa diferença se deu pois, no caso da PES, os indicadores relacionados ao desarmamento parecem estar mais relacionados à política global do que à regional propriamente dita, possibilitando um certo viés que leve a uma pontuação mais alta em relação a essas políticas, tanto na convergência discursiva quanto material. Assim, para tentar lidar com esse eventual viés, optei por âncoras diferentes.

Com os índices obtidos e devidamente calibrados, procedi então às tabelas de verdade e às análises em torno dos casos. Essas tabelas e análises serão apresentadas de agora em diante, divididas por categoria de análise.

Quadro 1 – Indicadores de convergência na PES

INDICADORES	CONV. DISCURSIVA (0.1 por indicador)	CONV. MATERIAL (0.083 por indicador)
Integração regional (IR)	Manifestou o desejo de uma maior integração regional no âmbito da segurança sem os EUA?	Passou a integrar organizações regionais que lidem com a temática da segurança e não contenham os EUA?
Narcotráfico (NT)	Relacionou o narcotráfico às assimetrias e desigualdades sociais?	
Mulheres (MUL)	Enfatizou o papel das mulheres em situações de conflito armado ao redor do mundo?	Emprega mulheres em operações de peacekeeping?
Prevenção de conflitos (PREV)	Enfatizou a prevenção de conflitos através de políticas de desenvolvimento social?	
Desarmamento e não-proliferação (TNP, OPAQ, BIO e DESM)	Ratifica o TNP?	Optou por uma política de não-armamento nuclear?
	É membro da OPAQ?	E de armas químicas?
	E a Convenção sobre as Armas Biológicas?	E de armas biológicas?
	Ratificou a APMBBC?	Houve algum tipo de coordenação de políticas de desminagem, sem a participação dos EUA?
Terrorismo (TER)	Relacionou o terrorismo às assimetrias sociais internacionais?	Votou junto aos EUA em menos da metade das resoluções relacionadas a terrorismo na ONU?
Identidade regional (IDR, IDP e IDRPKO)	Houve a tentativa de criação de um conceito regional sobre segurança?	O score obtido em Ideal points por esse mandato é inferior a 0,35?
		Houve esforços de coordenação entre medidas desses mandatos com países locais em relação a operações de peacekeeping, sem a influência direta dos EUA?
Posicionamento sobre intervenções militares (PKO e PKOAL)		Contribuiu com pessoal (militares, policiais e observadores) em alguma intervenção militar autorizada pelo CSNU?
		Essa intervenção tinha como membro algum outro país sul-americano?

Fonte: elaboração própria

Quadro 2 – Indicadores de convergência na PDN

INDICADORES	CONV. DISCURSIVA (0.09 por indicador)	CONV. MATERIAL (0.083 por indicador)
Indústria de defesa (IND)	Manifestou a intenção de integração ou, ao menos, articulação de suas bases industriais de defesa às de outros países da região em âmbito multilateral?	Houve alguma coordenação da indústria de defesa nacional à de outros países da região?
Integração regional (IR)	Manifestou o desejo de maior integração regional no âmbito da defesa?	Compõe alguma instituição que lide com a temática de defesa e não contenham os EUA?
Identidade regional (IDR)	Houve a tentativa de criação de um conceito regional sobre defesa?	
Terrorismo (TER)	Manifestou preocupação com o combate ao terrorismo em seu território?	Houve a tentativa, em âmbito regional, de coordenação de políticas relacionadas ao terrorismo sem a participação direta dos EUA?
Forças armadas e sociedade (FAS)	Reconheceu o papel do desenvolvimento como fonte de consolidação da defesa nacional?	Concede às Forças Armadas o direito de realizar missões de Garantia da Lei e da Ordem Constitucional em seu território?
Mulheres (MUL)	Existe a manifestação de apoio à participação de mulheres nas forças armadas?	Permite a incorporação de mulheres a postos de comando dos oficiais das três forças?
Políticas de rearmamento e desenvolvimento estratégico e tecnológico das forças armadas (ARM e TREI)	Enfatizou o rearmamento e/ou desenvolvimento tecnológico de suas forças armadas em conjunto com países vizinhos?	Houve o desenvolvimento, em conjunto com outros países da região, de novos equipamentos para as forças armadas?
		Houve treinamento militar multilateral com países da região sem envolver os EUA?
Transparência (TRP)	Expressou o desejo de maior transparência nas relações de defesa com os vizinhos?	Existe uma padronização na estruturação e compartilhamento dos orçamentos de defesa?
Cooperação acadêmica (COOP e ESC)	Reconheceu a importância da cooperação acadêmica regional em âmbito multilateral na região em matéria de defesa?	Existe alguma estrutura fixa de difusão de conhecimentos e informações na área de defesa com outros países da região sem a participação dos EUA?
		Existe uma escola de formação de pessoal, civil e militar, na área de defesa, sem a participação dos EUA?
Controle e participação civil (CIV)	A concepção desses mandatos sobre defesa inclui o papel de civis?	O Ministro da Defesa (ou equivalente) é um civil?
Desastres naturais (DES)	Reconheceu a importância da cooperação regional no que tange a desastres naturais?	Existe a coordenação de esforços entre países da região para atuar em situações de desastres naturais (no próprio território ou em vizinhos) sem a participação dos EUA?

Fonte: elaboração própria

Convergência discursiva na PES

Para a análise desta categoria, foram utilizados discursos proferidos pelos governos estudados na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)¹⁰, na Comissão de Segurança Hemisférica da Organização dos Estados Americanos (CSH-OEA)¹¹ e em encontros das instâncias do CDS¹². No caso da AGNU, tendo em vista a grande quantidade de documentos, foquei nas atas de encontros que tratavam sobre terrorismo, missões de *peacekeeping*, desarmamento e segurança internacional, tráfico de drogas, crimes transnacionais, racismo, gênero, crianças e políticas sociais. Para os quatro últimos tópicos, procurei pela palavras “conflict”, “peace” e “security” nos discursos dos países estudados. Para os demais, procurei pelas palavras “social”, “inclusion”, “education” e “health”. A partir disso, recorri à uma análise qualitativa dos discursos proferidos, buscando encontrar nos mesmos as menções aos indicadores estabelecidos. Para os documentos da CSH-OEA e do CDS, foi utilizada apenas a análise da semântica dos mesmos. Para os casos das instituições relacionadas ao desarmamento internacional (TNP¹³, OPAQ¹⁴, BWC¹⁵ e APMBC¹⁶), recorri aos próprios sítios eletrônicos dos mesmos. A análise dos indicadores estabelecidos pode ser encontrada na Tabela 1, disponível na próxima página.

O que se pode perceber é que, ao longo do tempo, houve uma aproximação dos casos estudados em direção ao tipo ideal estabelecido. Chamou a atenção, nesse contexto, o caso colombiano, que pode ter sua variação explicada pela proximidade geográfica aos governos de esquerda e pelo fato de ser membro da UNASUL; já a variação no caso mexicano não encontra explicação nas variáveis elencadas nesse trabalho. No entanto, pode-se dizer que os casos se comportaram como esperado, pois mesmo com a variação de Colômbia e México, governos de direita não chegaram a apresentar a convergência nessa categoria analítica.

¹⁰ Disponível em: <<http://unbisnet.un.org:8080/ipac20/ipac.jsp?profile=speech&menu=search&submenu=power#focus>>. Acesso em: 20 set. 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/acomrelatresumoes.asp>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

¹² Disponível em: <<http://docs.unasursg.org/all-documents>>. Acesso em: 05 set. 2017.

¹³ Disponível em: <<http://disarmament.un.org/treaties/t/npt>>. Acesso em: 01 set. 2017.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.opcw.org/about-opcw/member-states/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

¹⁵ Disponível em: <[https://www.unog.ch/80256EE600585943/\(httpPages\)/7BE6CBBEA0477B52C12571860035FD5C?OpenDocument](https://www.unog.ch/80256EE600585943/(httpPages)/7BE6CBBEA0477B52C12571860035FD5C?OpenDocument)>. Acesso em: 01 set. 2017.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.apminebanconvention.org/states-parties-to-the-convention/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

Tabela 1 – Convergência discursiva de Políticas Externas Relacionadas à Segurança

CASOS	NT	IR	MUL	PREV	TNP	OPAQ	BIO	DESM	TER	IDR	TOTAL
BRA - 1999-2002	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0.5
ARG - 1995-1999	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0.4
VEN - 1994-1999	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0.3
NIC - 1997-2002	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0.5
MEX - 1994-2000	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0.4
COL - 1994-1998	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0.2
CHI - 1994-2000	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0.5
COS - 1994-1998	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0.4
BRA - 2011-2014	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1.0
ARG - 2011-2015	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0.7
VEN - 2007-2013	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0.9
NIC - 2012-2016	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0.7
MEX - 2012-2017	1	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0.6
COL - 2010-2014	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0.5
CHI - 2010-2014	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0.6
COS - 2010-2014	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0.4

Fonte: elaboração própria

Governos de esquerda enfatizam mais o papel da integração regional na área da segurança – sem a presença dos EUA – e a securitização da desigualdade social, presente nos discursos desses países sobre narcotráfico e terrorismo; Carvalho (2018) demonstrou também que houve essa securitização no âmbito das operações de paz ao redor do mundo. Um exemplo disso pode ser visto na fala do embaixador brasileiro Leandro Vieira Silva (2014¹⁷, tradução nossa¹⁸), ao dizer que “[o] extremismo violento, radicalismo e violência muitas vezes resultam da exclusão social, política e econômica prolongada, em meio ao qual a intolerância pode prosperar”. Governos mais radicais tendem, ainda, a ver o capitalismo como causa de conflitos, como podemos ver na fala da embaixadora nicaraguense, Alina Julia Argüello González:

a crescente ganância do capitalismo global, especialmente no Oriente Médio e na África, levou a guerras e tem fomentado fanatismo e terrorismo, semeando, assim, insegurança e destruição e provocando conflitos armados e crises alimentares, ambientais e humanitárias de escala e consequências infinitas¹⁹²⁰

¹⁷ Discurso proferido no dia 12 de junho de 2014, durante a 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

¹⁸ Violent extremism, radicalism and violence often stem from protracted social, political, economic and cultural exclusion, amidst which intolerance may thrive.

¹⁹ Discurso proferido no dia 27 de outubro de 2015, durante a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

²⁰ the growing greed of global capitalism, especially in the Middle East and Africa, had led to wars and had fomented fanaticism and terrorism, thereby sowing the seeds of insecurity and destruction and provoking armed conflict and food, environmental, labour and humanitarian crises of infinite scale and consequences.

Nessa categoria analítica, a UNASUL restringiu-se apenas à tentativa de um conceito de segurança regional, ocorrida no CDS. As variáveis elencadas não apresentaram impacto sobre indicadores relacionados às armas de destruição em massa e também, surpreendentemente, rem relação às perspectivas de gênero na segurança internacional; Carvalho (2018), no entanto, vê essas perspectivas presentes nos discursos dos governos de esquerda da região em relação às operações de paz.

Procedi, então, à calibragem dos dados e, então, à tabela de verdade, disposta abaixo. O que podemos perceber é que a “Virada à Esquerda”, junto ao fato de os mandatos serem de esquerda, demonstrou-se uma combinação de condições necessárias para a ocorrência da convergência nessa categoria analítica.

Tabela 2 – Tabela de verdade para a convergência discursiva na PES

	viresq	oripol	unasul	OUT	n	incl	PRI	cases
1	0	0	0	0	8	0.265	0.000	BRA1,ARG1,VEN1,NIC1, MEX1,COL1,CHI1,COS1
2	0	0	1	?	0	-	-	
3	0	1	0	?	0	-	-	
4	0	1	1	?	0	-	-	
5	1	0	0	0	2	0.457	0.295	MEX2,COS2
6	1	0	1	0	2	0.614	0.371	COL2,CHI2
7	1	1	0	1	1	0.877	0.860	NIC2
8	1	1	1	1	3	0.950	0.947	BRA2,ARG2,VEN2

Fonte: elaboração própria

Convergência material na PES

Para a análise desta categoria, tive que recorrer a diferentes fontes de dados. Uma delas foi a contribuição anual de forças militares e policiais para as missões de paz das Nações Unidas²¹ - selecionei, para tanto, os meses de agosto de cada ano para a análise, tendo em vista que essa é uma parte do ano em que os presidentes eleitos já estão todos empossados, o que permitiria uma análise das medidas adotadas por eles, mesmo que em fase inicial. Infelizmente, em relação aos indicadores de gênero nessas missões, os dados estão disponíveis apenas a partir de novembro de 2009.

Em relação aos indicadores de desarmamento, foquei nas reiteradas declarações feitas pelos governos latino-americanos na AGNU de que a região é livre de armas nucleares. Já no caso da desminagem, foram analisadas as atas do CDS, buscando indícios de coordenação em torno dessas políticas. Para o indicador de terrorismo, analisei as votações

²¹ Disponível em: <<http://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

– quando disponíveis as votações nominais – relacionadas a terrorismo na AGNU ocorridas durante os mandatos estudados.

Em relação aos votos dos países latino-americanos na ONU, optei pela utilização dos *ideal points* estabelecidos por Voeten, Strezhnev e Bailey (2009), atualizada em 2016²². O indicador se mostrou mais válido, tendo em vista que considera não só os votos, mas também a importância de determinadas resoluções e o papel dos interesses e agendas dos países nesse contexto (BAILEY; STREZHNEV; VOETEN, 2017).

Tendo obtido os dados, procedi então à análise dos indicadores, que pode ser conferida na Tabela 3, disponível abaixo. O que se pode perceber é, mais uma vez, uma certa aproximação dos casos em direção ao tipo ideal hipotetizado; Costa Rica foi o único caso a se afastar desse modelo. Mais uma vez, México e Colômbia causaram uma certa surpresa, principalmente com o emprego, mesmo que reduzido, de mulheres em operações de paz, sejam elas militares ou policiais. Nesse sentido, não foi percebido impacto da orientação política em relação às questões de gênero nessa categoria de análise, ao contrário do que era esperado. Dentre as surpresas observadas nessa categoria, está também o fato de que questões relacionadas à desminagem não foram sequer discutidas no âmbito do CDS, ficando ainda a cargo da JID, em âmbito interamericano. As variáveis elencadas não demonstraram impacto sobre indicadores relacionados ao desarmamento internacional.

Tabela 3 – Convergência material de Políticas Externas Relacionadas à Segurança

CASOS	IR	MUL	TNP	OPAQ	BIO	DESM	TER	IDP	IDRPKO	PKO	PKOAL	TOTAL
BRA - 1999-2002	0	n/a	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0,45
ARG - 1995-1999	0	n/a	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0,45
VEN - 1994-1999	0	n/a	1	1	1	0	0	1	0	1	1	0,54
NIC - 1997-2002	0	n/a	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0,36
MEX - 1994-2000	0	n/a	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0,36
COL - 1998-2002	0	n/a	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0,45
CHI - 1994-2000	0	n/a	1	1	1	0	0	0	0	1	1	0,45
COS - 1994-1998	0	n/a	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0,36
BRA - 2011-2014	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0,9
ARG - 2011-2015	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0,81
VEN - 2007-2013	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0,63
NIC - 2012-2016	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0,45
MEX - 2012-2017	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	0,63
COL - 2010-2014	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0,72
CHI - 2010-2014	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0,81
COS - 2010-2014	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0,27

Fonte: elaboração própria

A orientação política dos governos apresentou impacto apenas em relação aos votos na ONU. Governos de esquerda tendem a votar de forma mais divergente dos EUA, ao

²² Disponível em: <<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=hdl:1902.1/12379>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

contrário dos casos de direita. A média dos *ideal points* no contexto anterior à “Virada à Esquerda” ficou em -0,163, enquanto após a ascensão dos governos de esquerda ficou em -0,55, puxada, em grande medida, pelos próprios governos esquerdistas. Essa média fica, ainda, abaixo da média global, de -0,35. Já a UNASUL apresentou debates, treinamentos e medidas de coordenação em torno de políticas de *peacekeeping*. Por fim, cabe ressaltar que os países da região tendem a estar juntos nas missões de paz.

Passando à tabela de verdade abaixo, o que se pode ver é que, de fato, a “Virada à Esquerda”, junto ao fato de um mandato ser membro da UNASUL, demonstrou-se como combinação de condições necessárias para a ocorrência da convergência nessa categoria de análise.

Tabela 4 – Tabela de verdade para a convergência material na PES

	viresq	oripol	unasul	OUT	n	incl	PRI	cases
1	0	0	0	0	8	0.279	0.033	BRA1,ARG1,VEN1,NIC1, MEX1,COL1,CHI1,COS1
2	0	0	1	?	0	-	-	
3	0	1	0	?	0	-	-	
4	0	1	1	?	0	-	-	
5	1	0	0	0	2	0.407	0.322	MEX2,COS2
6	1	0	1	1	2	0.925	0.919	COL2,CHI2
7	1	1	0	0	1	0.324	0.000	NIC2
8	1	1	1	1	3	0.906	0.896	BRA2,ARG2,VEN2

Fonte: elaboração própria

Convergência discursiva na PDN

Chegamos, então, à análise da convergência discursiva na PDN. Para tanto, foram utilizados, para além das atas de encontros do CDS, documentos que contenham as diretrizes da PDN dos casos estudados. Nesses documentos, foram procurados os seguintes termos, nos idiomas dos mesmos: “indústria”, “integração”, “terror”, “mulheres”, “gênero”, “cooperação”, “desastres”, “naturais” e “civil”. A partir disso, foi realizada uma análise da semântica dos trechos em que esses termos apareciam. O Quadro 3, na próxima página, apresenta quais foram os documentos analisados em cada um dos casos, enquanto a Tabela 5, logo após, mostra a presença ou não dos indicadores nessas diretrizes de Defesa Nacional.

Quadro 3 – Documentos de diretrizes de PDN empregados na análise

MANDATO	DOCUMENTOS
ARG – Carlos Menem – 1995-1999	Libro Blanco de la República Argentina (1999)
BRA – Fernando Henrique Cardoso – 1999-2002	Política de Defesa Nacional (1996)
CHI – Eduardo Ruiz-Tagle – 1994-2000	Libro de la Defensa Nacional de Chile (1997)
COL – Andrés Arango – 1998-2002	n/a
COS – José Maria Olsen – 1994-1998	n/a
MEX – Ernesto Ponce de Leon – 1994-2000	n/a
NIC – Arnoldo Alemán – 1997-2002	n/a
VEN – Rafael Caldera – 1994-1999	n/a
ARG – Cristina Kirchner – 2011-2015	Libro Blanco de la Defensa (2010) Directiva de Política de Defensa Nacional (Decreto 1714/2009)
BRA – Dilma Rousseff – 2011-2014	Livro Branco de Defesa Nacional (2012) Estratégia Nacional de Defesa (2008, revisada em 2012) Política Nacional de Defesa (2005, revisada em 2012)
CHI – Sebastián Piñera – 2010-2014	Libro de la Defensa Nacional de Chile (2010) La Estrategia Nacional de Seguridad y Defensa (2012)
COL – Juan Manuel – Santos – 2010-2014	Política de Defensa y Seguridad Democrática (2003) Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad (2011)
COS – Laura Chinchilla Miranda – 2010-2014	n/a
MEX – Enrique Peña Nieto – 2012-2017	Libro del Ejército y Fuerza Aérea Mexicanos (2005) Ley de Seguridad Nacional (2005)
NIC – Daniel Ortega – 2012-2016	Libro Blanco de la Defensa Nacional de Nicaragua (2005) Ley de la Defensa Nacional de la República de Nicaragua (2010)
VEN – Hugo Chávez – 2007-2013	Ley Orgánica de Seguridad de la Nación (2002)

Fonte: elaboração própria

Tabela 5 – Convergência Discursiva de Políticas de Defesa Nacional

CASOS	IND	IR	IDR	TER	FAS	MUL	ARM	TRP	COOP	CIV	DES	TOTAL
BRA - 1999-2002	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0.37
ARG - 1995-1999	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0.36
VEN - 1994-1999	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0.09
NIC - 1997-2002	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0.0
MEX - 1994-2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0.0
COL - 1994-1998	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0.0
CHI - 1994-2000	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0.18
COS - 1994-1998	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0.09
BRA - 2011-2014	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0.91
ARG - 2011-2015	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0.91
VEN - 2007-2013	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0.82
NIC - 2012-2016	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0.09
MEX - 2012-2017	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0.18
COL - 2010-2014	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0.72
CHI - 2010-2014	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0.81
COS - 2010-2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0.09

Fonte: elaboração própria

O que podemos ver são variações relevantes entre os casos membros da UNASUL após a “Virada à Esquerda”, que chegaram a apresentar convergência, enquanto os demais variaram pouco ao longo do tempo. Isso se deve principalmente às iniciativas que foram debatidas no órgão, que perpassaram quase todos os indicadores. Nos encontros do CDS, o que se viu foram: discussões e levantamentos visando uma maior articulação entre as indústrias de defesa dos países locais e o desenvolvimento conjunto de equipamentos no âmbito da UNASUL (discutiu-se um Veículo Aéreo Não-Tripulado – VANT – e uma aeronave de treinamento militar) estavam entre as ideias. Chegou-se a propor um conceito de defesa regional, uma metodologia comum de aferição de gastos militares, compartilhamento de informações sobre os inventários militares, cooperação acadêmica e a criação de uma Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) e de um Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED). Discutiu-se, ainda, treinamentos conjuntos para missões de *peacekeeping* e para casos de desastres naturais. A tabela de verdade, disponível na próxima página, confirma a ideia de que a “Virada à Esquerda”, junto à UNASUL, compõem uma combinação de condições necessárias para a ocorrência da convergência nessa categoria.

Tabela 6 – Tabela de verdade para a convergência discursiva na PDN

	viresq	oripol	unasul	OUT	n	incl	PRI	cases
1	0	0	0	0	8	0.065	0.000	BRA1,ARG1,VEN1,NIC1, MEX1,COL1,CHI1,COS1
2	0	0	1	?	0	-	-	
3	0	1	0	?	0	-	-	
4	0	1	1	?	0	-	-	
5	1	0	0	0	2	0.030	0.000	MEX2,COS2
6	1	0	1	1	2	0.976	0.975	COL2,CHI2
7	1	1	0	0	1	0.018	0.000	NIC2
8	1	1	1	1	3	0.995	0.995	BRA2,ARG2,VEN2

Fonte: elaboração própria

Convergência material na PDN

Chegamos, então, à última categoria de análise da variável dependente aqui elencada. Para tanto, foram utilizadas, além das atas de encontros do CDS que trouxessem informações sobre o andamento dos planos do Conselho, as constituições dos casos estudados²³ (bem como suas emendas), a edição 2012 do Atlas Comparativo da Defesa na América Latina e Caribe (DONADIO, 2014) e realizado um levantamento sobre os ministros da defesa durante cada um dos mandatos estudados. Os resultados estão disponíveis na tabela abaixo:

Tabela 7 – Convergência Material de Políticas de Defesa Nacional

CASOS	IND	IR	TER	FAS	MUL	ARM	TREI	TRP	COPAC	ESC	CIV	DES	TOTAL
BRA - 1999-2002	0	0	0	1	0	0	n/a	0	0	0	1	0	0,166
ARG - 1995-1999	0	0	0	0	0	0	n/a	0	0	0	1	0	0,083
VEN - 1994-1999	0	0	0	0	0	0	n/a	0	0	0	0	0	0
NIC - 1997-2002	0	0	0	1	1	0	n/a	0	0	0	0	0	0,166
MEX - 1994-2000	0	0	0	1	0	0	n/a	0	0	0	0	0	0,083
COL - 1998-2002	0	0	0	1	0	0	n/a	0	0	0	1	0	0,166
CHI - 1994-2000	0	0	0	0	0	0	n/a	0	0	0	1	0	0,083
COS - 1994-1998	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRA - 2011-2014	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0,747
ARG - 2011-2015	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0,664
VEN - 2007-2013	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0,664
NIC - 2012-2016	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0,249
MEX - 2012-2017	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0,166
COL - 2010-2014	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0,747
CHI - 2010-2014	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0,664
COS - 2010-2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria

Nessa categoria, não puderam ser vistos os impactos da orientação política dos governos, para além da formação da própria UNASUL. A quase totalidade da variação dos

²³ Argentina (1994), Brasil (1988), Chile (1980), Colômbia (1991), Costa Rica (1949), México (1917), Nicarágua (s/d), Venezuela (1961; 1999).

índices se deu em função do CDS. Cabe, no entanto, ressaltar que o órgão não logrou todo o êxito esperado. Não ocorreu a coordenação nas indústrias de defesa da região. O desenvolvimento conjunto de aeronaves acabou sendo interrompido em 2016. O terrorismo sequer foi colocado em pauta na instituição. Enquanto o acesso de mulheres a postos mais altos e a possibilidade de emprego das forças armadas em missões de garantia da lei e da ordem domésticas surgiram em períodos anteriores à formação do Conselho.

Houve, no entanto, algumas conquistas por parte do CDS. Debates e treinamentos relacionados a desastres naturais e às operações de *peacekeeping* ocorreram no âmbito do órgão, como o UNASUL I, em 2011 (DONADIO, 2014). O CEED e a ESUDE, saíram do papel, consistindo em estruturas de cooperação acadêmica, formação de pessoal e difusão de conhecimentos relacionados à defesa na região. Houve, ainda, a criação de um registro sul-americano para os gastos de defesa por parte dos membros da instituição, visando ampliar a confiança entre os atores sul-americanos. A tabela abaixo confirma que a “Virada à Esquerda”, junto à UNASUL, apresentaram-se como condições necessárias para a ocorrência da convergência nessa categoria de análise.

Tabela 8 – Tabela de verdade para a convergência material na PDN

	viresq	oripol	unasul	OUT	n	incl	PRI	cases
1	0	0	0	0	8	0.022	0.000	BRA1,ARG1,VEN1,NIC1, MEX1,COL1,CHI1,COS1
2	0	0	1	?	0	-	-	
3	0	1	0	?	0	-	-	
4	0	1	1	?	0	-	-	
5	1	0	0	0	2	0.022	0.000	MEX2,COS2
6	1	0	1	1	2	0.946	0.943	COL2,CHI2
7	1	1	0	0	1	0.078	0.000	NIC2
8	1	1	1	1	3	0.937	0.932	BRA2,ARG2,VEN2

Fonte: elaboração própria

CONCLUSÃO

Como pudemos ver, a “Virada à Esquerda”, junto ao fato de mandatos serem membros da UNASUL ou serem de esquerda/neodesenvolvimentistas, levou, de fato, à convergências na PES e na PDN ao longo do tempo. Tentando ser um pouco mais ambicioso com os achados do trabalho, podemos ver que alternâncias de chefes no executivo podem acarretar em mudanças nessas políticas, ao contrário do que é dito por grande parte da literatura.

No caso da orientação política, a securitização de pautas relacionadas às assimetrias e desenvolvimento social se tornou um ponto importante nos discursos relacionados à segurança internacional feitos pelos governos de esquerda latino-americanos. Já a UNASUL, por meio de seu Conselho de Defesa, também parece ter atuado nesse contexto, embora não tenha logrado sucesso em parte considerável de suas propostas. Enquanto pautas como

terrorismo e desminagem sequer foram integradas á agenda do órgão e outras propostas ficaram apenas no âmbito do discurso, estruturas como o CEED e a ESUDE foram implementadas, além de treinamentos conjuntos e medidas de construção da confiança mútua, como o registro comum de gastos militares. Assim, os indícios sugerem que, por um lado, a ideologia semelhante de parte desses governos levou a propostas semelhantes, podendo ter havido certa difusão de alguns pontos dos discursos entre os governos de esquerda. Por outro, a UNASUL parece ter atuado por meio da cooperação e da busca pelo desenvolvimento de soluções conjuntas visando a defesa e segurança regional.

Este trabalho representa apenas as conclusões da primeira parte da pesquisa, já concluída. Acontecimentos recentes, no entanto, demonstram que, com a chegada de governos de direita/centro-direita ao poder em parte dos países da região, o que tem ocorrido é um distanciamento em relação ao tipo ideal estabelecido aqui; ao menos, em relação à UNASUL. A última reunião da instância executiva do CDS ocorreu no final de 2016²⁴, enquanto Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru suspenderam sua participação na UNASUL em abril de 2018 (PARAGUASSU, 2018). O que podemos ver é, mais uma vez, uma reorientação, pelo menos em partes, dessas políticas; algo ainda a ser explorado. Mais uma vez, os indícios apontam que alternância de governo afeta, sim, a PES e a PDN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. 280p.

BAILEY, Michael; STREZHNEV, Anton; VOETEN, Erik. Estimating dynamic state preferences from United Nations voting data. **Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 2, p. 430-456, 2017.

BELÉM LOPES, Dawisson; FARIA, Carlos Aurélio. When foreign policy meets social demands in Latin America. **Contexto Internacional**, v. 38, n. 1, p. 11-53, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. From old to new developmentalism in Latin America. **Textos para discussão #193**, junho de 2009.

CARVALHO, Thales. Difundir políticas públicas, transferir, cooperar e convergir: quando essas práticas se conectam? In: 9º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, Montevideu, 2017.

_____. **The Left Turn and the positioning about R2P in Latin America along the time**. Trabalho apresentado no Encontro dos ramos brasileiro e português da International Law Association, promovido pela mesma em parceria com a Cátedra Jean Monnet, na Universidade Federal de Minas Gerais, realizado entre 24 e 26 de maio de 2018, em Belo Horizonte.

²⁴ Segundo dados do arquivo digital da instituição, conferidos em 29 mai. 2018.

DONADIO, Marcela (coord.). **Atlas comparativo de la defensa en America Latina y Caribe**: edicion 2012. Buenos Aires: RESDAL, 2012. 272p.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, 2013.

HOLZINGER, Katharina. Methodological pitfalls of convergence analysis. **European Union Politics**, v. 7, n. 2, p. 271-287, 2006.

KNILL, Cristoph. Introduction: cross-national policy convergence: concepts, approaches and explanatory factors. **Journal of European Public Policy**, v. 12, n. 5, p. 764-774, 2005.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth. Democracy, development and the left. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (eds.). **The resurgence of Latin American left**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011a.

_____. Introduction: Latin America's "Left Turn": a framework for analysis. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (eds.). **The resurgence of Latin American left**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011b.

LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal. The right in contemporary Latin America: a framework of analysis. **The resilience of the Latin American right**. John Hopkins University Press, 2014.

MARSH, David; SHARMAN, J. C. Policy diffusion and policy transfer. **Policy studies**, v. 30, n. 3, junho de 2009, p. 269-288.

MATHIAS, Suzeley; SANTOS, Leandro; ZAGUE, José. **La Política Militar brasileña en el gobierno Dilma Rousseff (2011-2015)**: comparando discurso externo e acción interna. No prelo.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Democracies and dictatorships in Latin America**: emergence, survival and fall. Cambridge University Press, 2013.

PARAGUASSU, Lisandra. Brasil e outros 5 países suspendem participação na UNASUL. **Reuters**, 20 abr. 2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN1HR2MH-OBRTTP>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

RAGIN, Charles. **Redesigning social inquiry: fuzzy sets and beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2008. 225p.

RIGGIROZZI, Pía. **Regionalism through social policy and policy action: rescaling responsibilities and rights**. Southampton, 2012.

ROBERTS, Kenneth. **Changing course in Latin America – party systems in the neoliberal era**. Cambridge University Press. 2015.

SILVA, Fabrício Pereira. Até onde vai a "onda rosa"? **Análise de Conjuntura OPISA**, n.2, fevereiro de 2010.

VOETEN, Erik; STREZHNEV, Anton; BAILEY, Michael. **United Nations General Assembly Voting Data**. Harvard Dataverse, 2009. Atualizada em jun. 2016. Disponível em: <<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=hdl:1902.1/12379>>. Acesso em: 10 jan. 2018.